

ESCOLA DA TERRA ALAGOAS: TERRITÓRIOS, SUJEITOS E CULTURAS

Cristiane Marcela Pepe¹

Universidade Federal de Alagoas – cristianepepe.ufal@gmail.com

Resumo : Esse relato de experiência aborda o Programa Escola da Terra em Alagoas, que é desenvolvido em parceria entre a Universidade Federal de Alagoas, a Secretaria Estadual de Educação, municípios e MEC/SECADI. A primeira edição foi realizada em 2015, em forma de projeto piloto e ofertou 100 vagas para professores em exercício em escolas multisseriadas do campo. Contamos inicialmente com 10 municípios da região metropolitana de Maceió, Alagoas, que ficaram reduzidos a 7, por conta de desistências por parte dos municípios, por alegarem falta de condições financeiras de arcar com sua contrapartida na parceria, que consiste em retirar os professores de sala de aula nos períodos da formação e arcar com seu deslocamento e alimentação. A formação é realizada em regime de alternância pedagógica, com tempo universidade e tempo comunidade, e possui seis módulos de formação, que abordam desde alfabetização e letramento, políticas da educação do campo, etno matemática, até economia solidária. Nossa base teórica está fundada no conceito de que território não é só terra, mas terra e relações sociais e com base nesse fundamento temos tentado ofertar um curso de formação continuada que valorize o campo e seus sujeitos, mesmo com todas as forças em contrário, que busca o fechamento das escolas do campo e um novo êxodo rural no Estado.

Palavras-chave: território; formação continuada de professores; educação do campo.

1-É pedagoga possui Mestrado e Doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002-2007), UNESP/Campus Araraquara-SP.

Introdução

O Programa Escola da Terra: territórios, sujeitos e culturas, é desenvolvido em Alagoas pela Universidade Federal de Alagoas, em parceria com o Ministério da Educação – MEC/SECADI Coordenação de Educação do Campo, Indígena e Quilombola, a Secretaria de Estado de Educação – Gerência de Educação do Campo, CREs e demais unidades escolares, Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação e com Escolas e professores de escolas do campo, em áreas Indígenas, Quilombolas de Municípios de Alagoas, assim como com os Movimentos Sociais: do Campo, Negros- Quilombolas e Indígenas.

Este Programa está vinculado ao Escola da Terra – Portaria no. 579/2013, que instituiu o Escola da Terra – Formação continuada de professores de salas multisseriadas da educação do campo, cuja Área temática é a Educação, a Área de conhecimento é Ciências Humanas e a linha de extensão é a Educação profissional, com abrangência interinstitucional.

O público alvo foram, em 2015, 100 (cem) Professores do Ensino Fundamental – séries iniciais – das escolas do campo e quilombolas, das redes municipal e estadual de Alagoas.

Os municípios alagoanos que foram atendidos foram escolhidos pelo critério de serem os mais próximos geograficamente à capital alagoana Maceió/AL:

- Atalaia: 36,31 km
- Cajueiro: 56,45 km
- Coqueiro Seco: 10,05 km
- Marechal Deodoro: 21,71 km
- Maribondo: 66,01 km
- Matriz de Camaragibe: 58,71 km
- Murici: 64,53 km
- Santa Luzia do Norte: 13,57 km
- São Luiz do Quitunde: 40,28 km

Este Curso de Aperfeiçoamento visa oferecer formação continuada a professores em exercício em escolas do campo e quilombolas, da rede estadual e municipal de ensino do Estado de Alagoas, com a perspectiva de contribuir com o fortalecimento da educação do campo e quilombola, assim como valorizar seus sujeitos e sua cultura. A metodologia utilizada será a da Alternância Pedagógica, a qual será composta por 120 horas de Tempo-

Universidade e 60 horas de Tempo-Comunidade. Ao final da formação serão apresentados projetos de intervenção para as escolas, construídos ao longo da formação, assim como atualização ou construção de Projeto Político Pedagógico, para as escolas que ainda não o tiverem construído, trabalhos estes orientados e acompanhados por tutores e formadores envolvidos.

Justificativa

O Estado brasileiro ainda não conseguiu efetivar respostas satisfatórias ao déficit educacional acumulado historicamente, e as demandas travam inúmeras lutas para ter acesso ao propalado direito humano, denominado educação. Contudo, as lacunas são reconhecidamente mais significativas quando se trata da educação formal dos povos do campo e comunidades quilombolas, situados em categorias sociais estigmatizadas em descompensações sociológicas, econômicas e culturais, dentre outras.

A construção do Brasil Imperial impôs aos povos do campo o valor da mão-de-obra bruta, voltada ao cultivo e à colheita, em regime de trabalho baseado na exploração da força física, e, assim mantidos, sem acesso aos saberes formais de caráter escolar. No Nordeste brasileiro essa relação foi estendida em paralelo com a dominação política. Os trabalhadores do campo mantiveram a monocultura da cana-de-açúcar ao preço do analfabetismo e outras mazelas sociais. “Exploração [...] é uma forma de dominação na qual a mão-de-obra das classes trabalhadoras é usada para beneficiar os ricos, reproduzindo e causando a divisão em classes e as relações de desigualdade”. (MCLAREN, 1997, p.31)

A contemporaneidade mantém inúmeras marcas da construção social e reprodução da representatividade dos povos do campo vinculadas ao trabalho braçal e ao analfabetismo. Em Alagoas a sobrevivência dos povos sempre esteve na estrutura de ampliação do agronegócio, que gerou imensa vala social e cultural, com caracterização de classe e raça, mantendo o índice de analfabetismo acima da média brasileira, com raras oscilações. “A raça, bem como a classe e o sexo são também estruturas de opressão”. (MCLAREN, 1997, p.31)

Esse regime de exploração e marginalização vivenciado pelo negro e pelo campesino alagoano, faz das comunidades contemporâneas das Escolas do Campo e quilombolas, especialmente merecedoras de uma formação que promova a identidade, a cultura campesina e sua relação com a terra, facilitando acessos à práticas educativas

que reforcem nexos renovados no uso de recursos didáticos e pedagógicos, partindo de uma análise consciente de territórios e educação, para além do globalismo, sob a perspectiva de Milton Santos, que elabora categoricamente relacionando o global e o local em processo interativo que está sendo submetido à história a cada instante.

Os docentes da Escola do Campo em Alagoas, com experiências nas salas multisseriadas do Ensino Fundamental, representam para esta proposta um público a ser empoderado pelo acesso ao conhecimento histórico e identitário capazes de estabelecerem instrumentos práticos e teóricos voltados às especificidades da Educação do Campo. Objetivando “[...] lutar para desenvolver uma pedagogia equipada de forma a gerar resistência tanto moral quanto intelectual à opressão”. (MCLAREN, 1997, p.31)

Contemplando seis eixos temáticos específicos, formalizar os saberes instituídos através da alternância que permitirá alcance prático e teórico é a base da proposta.

Nesse sentido, a formação de professores, como parte constitutiva da formação humana, no interior das Universidades tem um sentido social relevante, uma vez que possibilita momentos educativos que visam desenvolver atividades teórico-práticas, em que se circunscrevem, na ideia central, de ação educativa coletiva para professores de escolas do campo, na perspectiva de materializar o exercício concreto de estudos, e esses, serem objetos de sociabilidade via docência, para formação geracional de crianças, adolescentes e adultos, nas redes de ensino, e além dessas. A formação do docente exige fundamentação sólida, para se caracterizar como qualificação contextualizada, enquanto aporte para assegurar a permanência e continuidade ao professor, e, assim este poder estender ao seu ofício, elementos que recebeu no processo do Curso reflexão/conteúdos/técnicas/metodologias, como um conjunto de conhecimentos sobre diversas áreas, em que pese marcos da História, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Geografia, Linguagens, Matemática, Artes, Cultura, Educação, Etnia, Racismo e Consciência Negra, com recorte para a interface o movimento do real do campo. Tais dimensões são referências para que se conceba a formação docente, enquanto atividade essencial. Ademais, esta é vital para o desenvolvimento humano, na medida, que expressa uma concepção que envolve a dimensionalidade entre as áreas de conhecimento e a realidade social. Assim, a formação docente não deve se dar em si mesma e isolada das questões sociais, políticas e econômicas. Compreende-se que a educação é uma mediação para a transformação social. Educação do Campo, no contexto do Campo, exige compreender as diversas relações sociais, nessas Políticas

públicas em que se materializam via Projetos, e que perpassam em nível de campo e extra campo.

Os sujeitos que trabalham e vivem do campo e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura, lutas sociais, não têm encontrado como parâmetros na construção da teoria pedagógica e muitas vezes são tratados de modo preconceituoso, discriminatório. A realidade desses sujeitos não costuma ser considerada quando se projeta um desenho de escola. Esta é a denúncia feita pela especificidade da Educação do campo: o universal tem sido pouco universal, O que se quer, portanto, não é ficar na particularidade, fragmentar o debate e as lutas; ao contrário, a luta é para que o “universal seja mais universal”, seja de fato, síntese das particularidades diversas, contraditórias (CALDART, 2008).

Nesse sentido, trazer a formação docente compreensões teórico-metodológicas em que se vislumbre a diversidade sociocultural, biodiversidade, o Trabalho como centralidade, e aspectos da realidade dos territórios camponeses, indígenas e quilombolas em perspectiva histórica, os quais têm atualidade, na medida, que todas as dimensões do real são fundamentais ao processo educativo e este basilar ao desenvolvimento humano, nesse do docente, como referências que têm inter-relação nas relações sociais em espaços e tempo, este último, curto, médio e de longa duração, de modo geracional.

Nessa direção cabe citar as bases legislativas que constituem e expressam o caráter oficial da Institucionalização da Formação Continuada; ademais representa uma legitimidade, uma vez que a formação continuada é demanda do professorado, e, necessidade histórica, portanto, também dos professores do campo:

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), art. 63, inciso III, e art. 67, inciso II;
- A Lei nº 9424/96 que instituiu o FUNDEF (40% para manutenção e formação);
- A lei n. _____ que institui o FUNDEB;
- A Resolução 03/97 do CNE, art. 5º;
- PNE (Lei 10.172/2001);
- Portaria nº 579/2013 – Institui Escola da Terra – Formação continuada de professores de salas multisseriadas da educação do campo.

O amparo legal posto, e com pontos reivindicatórios de professores desse território, é importante, reforçar que o Campo, Floresta, áreas ribeirinhas e Cidade são espaços de sociabilidades, nos quais os movimentos sociais são partes constituintes e presentes para construir a vida social. Nessa direção, os MS têm função social relevante para a transformação social, pois, esses atuam nos contextos, socioeconômico e político, de modo a reivindicar, mas também apresentar proposições ao longo do

processo histórico brasileiro, como é caso da luta pela escola. Cita-se os Movimento Sem Terra, Escola Itinerante, Escola Florestan Fernandes, Instituto Josué de Castro; o movimento das Casas Familiares Rurais e Escola Família Agrícola, iniciativas pedagógicas que são marcos para que a formação tenha continuidade para as tais populações.

Os aspectos da Educação e suas interfaces com as demais áreas do conhecimento são necessários na formação, para alcance de um conhecimento acumulado, na perspectiva de busca da emancipação humana. Este tem como pressuposto filosófico que a Educação nas escolas das Vilas Rurais, Aldeias, Quilombos e Comunidades ribeirinhas necessitam ter sua centralidade no trabalho e educação, na inter-relação entre a vida cotidiana e social das unidades familiares e localidades, nos laços e nós que compreendem as diversas e complexas relações sociais na sociedade contemporânea. Nessa perspectiva, que reúne princípios educativos de mútua relação nas realidades sociais do campo e da cidade, em si mesmas e nas suas inter-relações dinâmicas, como assinala Raymond Williams (1989), é necessário estar atento às demandas sociais e a diversidade cultural e a condição de classe da sociedade atual. Por isto acredita-se que é necessário realizar atividades educativas que reúnam conhecimento aproximativo, tratando de como esse se posiciona e com quais valores esse se articula na sociedade, como assinalam Lukács *apud* Tonet (2013), no sentido de objetivações sociais no processo de seu desenvolvimento.

É com base nesse referencial teórico apresentado que temos como objetivo neste Curso de Aperfeiçoamento oferecer formação continuada a professores em exercício em escolas do campo e quilombolas, da rede estadual e municipal de ensino do Estado de Alagoas, com a perspectiva de contribuir com o fortalecimento da educação do campo e quilombola, assim como valorizar seus sujeitos e sua cultura.

Estrutura do Curso

O curso terá 180 horas de formação, no qual utilizaremos a metodologia da Alternância Pedagógica, composta por 120 horas de Tempo-Universidade e 60 horas de Tempo-Comunidade e será organizada em 06 módulos/tempos de 30 horas, sendo composto por 20 horas de Tempo-Universidade e 10 horas de Tempo-Comunidade.

O Tempo Comunidade permitirá significativo teor dialógico com a comunidade escolar do campo, sendo maior que a própria prática de observação, pois permitirá o acompanhamento da ação docente considerando os eixos temáticos abordados no curso para construção de relatos etnográficos, baseados no contato com o meio ambiente, estrutura

material e didático-pedagógica da escola e corpo docente e discente, mais o entorno comunitário; serão destinados ao acompanhamento e observação com fins de registro de projetos de intervenção, adotando igual proceder com orientações para construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico da escola, considerando o acréscimo de elementos teórico-metodológicos que a dinâmica deste curso propõe disponibilizar.

Nesse sentido, a perspectiva formadora baseada nos princípios políticos, teóricos e metodológicos para a prática educativa no campo será aplicada a partir dos seguintes eixos temáticos, em vínculo com os saberes integradores nas devidas áreas do conhecimento:

EIXO 1. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Ementa: Abordagem introdutória do curso, objetivando reforçar os elos entre teoria e prática educativa considerando as propostas curriculares específicas para a Educação do Campo, em consonância com as dinâmicas da Escola da Terra, observando: Marco Legal; Conquistas históricas a partir do ethos do campesinato brasileiro e escolaridade, com foco no Nordeste e em Alagoas; Especificidades e interdisciplinaridade nas salas multisseriadas; Educação do campo como garantia de um direito humano e cidadão; Contribuições dos Movimentos Sociais do campo para a garantia de um ensino contextualizado e voltado às necessidades das demandas campesinas.

EIXO 2. LINGUAGENS E PRÁTICAS DE LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO.

Ementa: Para dinamizar o alcance da apreensão formal da linguagem e seus códigos enquanto manifestação da cultura oral e escrita, com vistas a trabalhar os seguintes processos de aperfeiçoamento: Alfabetização escolar e letramento; Didática intertextual; Diversidade e regionalismos na oralidade brasileira; Influência africana e indígena no vocabulário local; Multiculturalidade na representação da linguagem; Práticas de leitura e escrita na escola multisseriada.

EIXO 3. TERRITORIALIDADE, INTERCULTURALIDADE E IDENTIDADE CAMPESINA.

Ementa: Com o intuito de valorizar os vínculos com a terra, fomentando relações solidárias de produção e reprodução sociocultural, trabalhar: Conceito de Território; Interesses e perspectivas globais e locais para a educação do campo; Representação social dos sujeitos do

campo, povos indígenas e quilombolas no século XXI; Influência da cultura de massa nas comunidades camponesas e seu desdobramento na educação; Diretrizes educacionais para as relações étnico-raciais.

EIXO 4. AGRICULTURA FAMILIAR, RELACIONAMENTO SUSTENTÁVEL E ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Ementa: Aprofundar o conhecimento ontológico sobre a categoria trabalho na história brasileira e nordestina, com vistas a promover uma educação voltada à autonomia do camponês: Concepção de trabalho como produção da existência humana e suas relações com o campo; Diversidade territorial, ambiental e produtiva no Nordeste brasileiro; Possibilidades de emancipação dos indivíduos pela produção familiar na agricultura; Educar para a sustentabilidade.

EIXO 5. CARTOGRAFIA, CORPORALIDADE E CULTURA ECOLÓGICA.

Ementa: Assegurar o estudo para aperfeiçoar o conhecimento do território, localização, ambiente, natureza e indivíduos na estreita relação de produção e reprodução da vida material e simbólica, com vistas a uma formação integradora: Noção de espaço geográfico; A escola no ambiente e o impacto da educação no campo; A corporeidade dos docentes e discentes: percepções de si mesmo como ser integral para conseqüentemente, perceber o outro; Intervenções no ambiente e reinvenções ecológicas das práticas produtivas e de convívio.

EIXO 6. PRÁXIS DE EDUCAÇÃO LÓGICO-MATEMÁTICA PARA O TRABALHO E A VIDA NO CAMPO.

Ementa: Dimensionar saberes significativos no exercício da linguagem matemática e raciocínio lógico para equacionar problemas e conseguir resultados em situações cotidianas desafiadoras: Evolução da matemática na vida e no trabalho; Tempo, espaço e formas; Categorias e signos matemáticos; Noções de estatística; Uso do raciocínio lógico para alcançar resultados.

Considerações finais

Ao final da formação foram apresentados projetos de intervenção para as escolas, construídos ao longo da formação, assim como atualização ou construção de Projeto Político Pedagógico,

para as escolas que ainda não o tivessem construído, trabalhos estes orientados e acompanhados por tutores e formadores envolvidos.

A luta pela educação do campo é imensa, principalmente em um território no qual o agronegócio e a miséria imperam, reflexos da imensa concentração de renda característico do Estado, que concentra o maior número de famílias vivendo abaixo da linha da pobreza.

Com a crise financeira que o país tem atravessado nos últimos anos esse quadro se acirra ainda mais, principalmente com a dificuldade financeira dos municípios alagoanos e a crise no setor sucoalcooleiro do estado.

Estamos prestes a iniciar uma segunda edição do Programa no Estado em 2017, com duzentas vagas e atuação em dois polos: Sertão e Maceió, com desafios ainda maiores do que os de 2015, mas educação do campo é isso, luta e resistência constantes.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a educação Básica das escolas do campo.** Brasília, Distrito Federal: CNE/MEC, 2002.

BRASIL. **Referências para uma política educacional de educação do campo.** Caderno de subsídios. Brasília, Distrito Federal: MEC, 2004.

CALDART, Roseli Salete (Org.). **Caminhos para transformação da Escola.** Reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. SP: Expressão popular, 2011.

_____. Sobre educação do campo. IN: SANTOS, Clarice Aparecida dos. **Educação do Campo. Campo – Políticas Públicas – Educação.** Brasília: INCRA, 2008.

HOBBSAWAN, Eric. **Sobre a história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. (Orgs.). **Educação do Campo: Identidade e políticas públicas.** Brasília, DF: MST/Movimento de Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Col. Por uma educação do campo, 4).

LUKÁCS, Georg. Marxismo e questões de método na ciência social. São Paulo: Ática, 1981, p. 59-110. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

MINAYO, Maria Célia de Souza. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MOLINA, Mônica. Desafios para os educadores e as educadoras do Campo. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: identidade e políticas públicas.** São Paulo: ANCA, 2002, p. 37-46.

SAVIANI, Dermeval. (Org.). História da educação e Política educacional, In: **Educação no Brasil: história e historiografia/Sociedade Brasileira de História da Educação.** educação no Brasil, Campinas, São Paulo: Autores Associados: SBHE, 2005a. (Coleção Memórias da Educação).

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. 2ª ed. Maceió, Alagoas, 2013.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição**. Brasília, Distrito Federal: PLANO, 2000.

WILLIAMS, R. **Campo e cidade na História e na literatura**. Tradução: Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

Autores: Cristiane Marcela Pepe

Afiliação autores: Universidade Federal de Alagoas – cristianepepe.ufal@gmail.com